

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 872.018 SANTA CATARINA

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
EMBT.E(S)	: ARLENE DAROSCI SCHWEITZER
ADV.(A/S)	: GIOVANI DA SILVA
EMBDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Vistos etc.

Contra a decisão monocrática na qual, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC e art. 21, § 2º, do RISTF, foi provido o recurso extraordinário da União para determinar, no que tange à correção monetária, a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, maneja embargos de declaração Arlene Darosci Schweitzer. Insiste na tese da violação direta da Carta da República.

É o relatório.

Decido.

Após a prolação da decisão monocrática, a matéria restou submetida ao Plenário Virtual para análise quanto à existência de repercussão geral no RE 870.947-RG, *verbis*:

“DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09.

1. Reveste-se de repercussão geral o debate quanto à validade da correção monetária e dos juros moratórios incidente sobre condenações impostas à Fazenda Pública segundo os índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança (Taxa Referencial - TR), conforme determina o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com redação dada pela Lei nº 11.960/09.

2. Tendo em vista a recente conclusão do julgamento das ADIs nº 4.357 e 4.425, ocorrida em 25 de março de 2015, revela-se oportuno que o Supremo Tribunal Federal reitere, em sede de repercussão geral, as razões que orientaram aquele pronunciamento da Corte, o que, a um só tempo, contribuirá

RE 872018 ED / SC

para orientar os tribunais locais quanto à aplicação do decidido pelo STF, bem como evitará que casos idênticos cheguem a esta Suprema Corte.

3. Manifestação pela existência da repercussão geral.”

O art. 328 do RISTF autoriza a devolução dos recursos extraordinários e dos agravos de instrumento aos Tribunais ou Turmas Recursais de origem para os fins previstos no art. 543-B do CPC.

Ante o exposto, torno sem efeito a decisão recorrida para **aplicar o paradigma da repercussão geral**.

Devolvam-se os autos ao Tribunal *a quo* para os fins previstos no art. 543-B do CPC.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministra Rosa Weber
Relatora